



## O ENSINO SUPERIOR E AS FRAGILIDADES DAS BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS: uma análise à luz da avaliação do SINAES

Maria Aurea Montenegro Albuquerque Guerra<sup>1</sup>

Edna Maria Leite Dias<sup>2</sup>

### Resumo

O Trabalho apresentado é resultado da pesquisa do Mestrado em Avaliação de Políticas Públicas para a educação originada pela necessidade de compreender a avaliação das bibliotecas universitárias na perspectiva do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). Procura estabelecer linhas de conexões entre o instrumento do SINAES e a biblioteca universitária no processo de ensino-aprendizagem. Buscou-se analisar as bibliotecas universitárias a partir do entendimento do INEP. A metodologia utilizada foi a pesquisa de campo. Os resultados apontam que a biblioteca está em posição frágil nas instituições de ensino superior, havendo grande disparidade entre os conceitos apresentados para essa unidade de informação.

**Palavras-chave:** Biblioteca Universitária-Avaliação. Ensino Superior-Avaliação. SINAES.

### Abstract

This work presents results of research from Public Policies Evaluation in Education Master's, treats about the need to understand the evaluation in university libraries in context of the National Evaluation System of Higher Education (SINAES). Establishing connections lines between the instrument of SINAES and the importance of library in the teaching-learning. We sought to examine the university libraries with the understanding of the INEP evaluators, managers of institutions and Librarians. The methodology used was field research. The results show the university library very fragile in Higher Education Institutions and exist great disparity between the concepts presented. We conclude there is subjectivity in the evaluation process of the libraries by the evaluators and we can understand what is evaluated in the libraries is not standardized. The inclusion of this information unit in teaching-learning process is very incipient.

**Keywords:** University library -Evaluation. Higher Education-Evaluation . The National Evaluation System of Higher Education - SINAES.

<sup>1</sup> Mestre.Faculdade Metropolitana da Grande Fortaleza (FAMETRO) E-mail: aureamag@yahoo.com.br

<sup>2</sup> Mestre.Faculdade Metropolitana da Grande Fortaleza (FAMETRO). E-mail: ednaleite@fametro.com.br



## 1 INTRODUÇÃO

Do ponto de vista histórico-conceitual, a trajetória da biblioteca universitária no cenário nacional reflete a própria história da educação no país, marcada pelo espírito colonialista, pelo escravagismo e influenciada pela Igreja Católica. Tanto é assim que o Brasil foi o último país da América Latina a ter universidade<sup>3</sup>, fato ocorrido somente em 1920, apesar de tentativas anteriores e dos cursos isolados criados ao longo do século XIX. (LUBISCO, 2008).

Tradicionalmente, a biblioteca é vista como uma instituição social que preserva os saberes produzidos, sendo mediadora entre os indivíduos e o conhecimento requerido deles na condução de suas vidas. Araújo e Oliveira (2005, p. 36) conceituam a biblioteca como “uma coleção de documentos bibliográficos (livros, periódicos etc.) e não bibliográficos (gravuras, mapas, filmes, discos etc.) organizada e administrada para formação, consulta e recreação de todo o público ou de determinadas categorias de usuários.” Com a presença dos recursos eletrônicos de informação, esse conceito pode ser ampliado como podemos observar nas palavras de Kuramoto (2006, p.286).

[...] um sistema de informação que envolve coleções compostas tanto por informações referenciais (metadados) e conteúdos integrais, quanto apenas informações referenciais, com o propósito de facilitar o acesso a informação a comunidade científica e tecnológica.

Convivendo simultaneamente com disparidades entre os avanços científicos e tecnológicos articulado ao sistema de ensino, os setores educação nacional não conseguiram, como regra geral, prover e consolidar no país bibliotecas e sistemas de bibliotecas eficientes, efetivos e eficazes. Um dos sintomas dessa fragilidade é a omissão que a biblioteca universitária sofreu na Lei da Reforma Universitária de 68, situação denunciada na literatura desde a década de 70. (DIAS SOBRINHO, 2000)

<sup>3</sup> Criada em 1538, a Universidade de São Domingos é historicamente a primeira universidade das Américas. Depois vieram as de San Marcos, no Peru (1551), México (1553), Bogotá (1662), Cuzco (1692), Havana (1728) e Santiago (1738). Disponível em: <[www.unicamp.br/unicamp/unicamp.../ju/.../unihoje\\_ju191pag7a.html](http://www.unicamp.br/unicamp/unicamp.../ju/.../unihoje_ju191pag7a.html)>



Segundo Maria Carmen Romcy de Carvalho (1981), as bibliotecas universitárias brasileiras dos primórdios aos anos 80, se constituíram “[...] de iniciativas particulares isoladas o que propiciou uma verdadeira proliferação de bibliotecas setoriais, pequenas, que mantinham seus acervos fechados, inertes, organizadas de forma artesanal e intuitiva” (CARVALHO, M. C. R., 1981, p. 17).

Desde o Código dos Institutos Oficiais de Ensino Superior<sup>4</sup>, datado de 1901, que em seu artigo 258 traz com riqueza de detalhes o item biblioteca, até os subsequentes e atuais que tratam a biblioteca como requisito para autorização e para reconhecimento de cursos de graduação, é possível observar como têm sido tratados a biblioteca e os elementos que a compõem: proposições vagas, desprovidas de descrição da sua abrangência, de padrões de qualidade e de indicadores de desempenho, dando margem a interpretações diversas ou a interpretação alguma, como ocorreu no passado e como ocorre ainda hoje com os instrumentos elaborados pelas diferentes Comissões de Especialistas do MEC. (CARVALHO, M. C. R., 1981).

A biblioteca universitária brasileira, como vimos, tem marcada em sua história as consequências do processo de formação da sociedade e da pouca importância dada a formação da população. Sabe-se que a alfabetização dos menos abastados se iniciou tardiamente e ainda hoje não atingiu a todos.

## **2 BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA COMO ELEMENTO CONSTITUTIVO NA CONSTRUÇÃO/ATUALIZAÇÃO DO CONHECIMENTO**

E inegável que, ainda hoje, o sistema de ensino brasileiro, seja nos níveis fundamental, médio ou superior passa por problemas tais como a formação e o aperfeiçoamento contínuo de professores, o incentivo a leitura, o incentivo a formação letrada nas famílias, são fatores que contribuem para a fragilidade da escola no Brasil. Lubisco (2001, p.69) registra que, até o início do século XX, 80% da população brasileira

---

<sup>4</sup> Em vigor desde 1º de janeiro de 1901 o Código dos Institutos Oficiais de Ensino Superior e Secundário, conhecido por “Código Epiácio Pessoa”, foi instituído pelo Decreto n.3.890.



era analfabeta, excluindo-se índios e negros, senão o percentual seria ainda maior. Milanese (1985 *apud* LUBISCO, 2001, p.69) revela que

[...] a população brasileira passou direto da oralidade aos meios de comunicação que a reforçaram [radio e televisão], sem que existisse a possibilidade da cultura letrada como aconteceu [...] na Europa. [...] em quatro séculos, a população brasileira teve uma precária experiência com a cultura letrada.

E como Dodebei *et al* (1998, *apud* LUBISCO, 2001) deixam claro, toda a dinâmica de disseminação da informação e produção do conhecimento começa e termina na biblioteca, significando isso que o atraso do sistema educacional do país se refletiu no atraso do desenvolvimento das bibliotecas universitárias. Tal afirmativa é reforçada pelas colocações de Silva (1991 *apud* LUBISCO, 2001, p.70).

[...] a crise da leitura não é uma doença destas últimas décadas e nem deste século: ela vem sendo reproduzida desde o período colonial, juntamente com a reprodução do analfabetismo, com a falta de bibliotecas e com a inexistência de políticas concretas para a popularização do livro.

Tal fato acarretou para a biblioteca universitária certa fragilidade e lentidão no desenvolvimento de técnicas de organização e disseminação da informação que objetivassem o atendimento as demandas de pesquisa praticada na universidade. Já a partir da década de 50, com a implantação da política de ciência e tecnologia, e, marcadamente, após a Reforma Universitária de 1968, o governo proveu as bibliotecas com a infraestrutura necessária para o atendimento das demandas dos pesquisadores.

Disso pode-se concluir que a política de ciência e tecnologia dos anos 50/60 <sup>5</sup>e a Reforma Universitária de 1968 foram marcos na evolução da biblioteca universitária,

---

<sup>5</sup> A dinâmica do desenvolvimento brasileiro baseada no crescimento extensivo do setor industrial iniciou-se antes do pós-guerra. Contudo, apenas no início da década de 1950 é que surgiu um primeiro conjunto de medidas que pode ser caracterizado como a emergência da política brasileira de C&T. São marcos do início dessa política, a criação no ano de 1951, do Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq) e da Campanha Nacional de Aperfeiçoamento do Ensino Superior (Capes), que tiveram suas atribuições e nomes posteriormente transformados, mas preservaram suas siglas e mantêm, até os dias de hoje, grande



com o desenvolvimento técnico na área de Biblioteconomia e o provimento de infraestrutura necessária ao atendimento do usuário e ao aperfeiçoamento das técnicas de organização bibliográfica. Mesmo com esses pontos favoráveis a atuação da biblioteca universitária no ambiente acadêmico, um ponto ainda causa fragilidade a esta instituição: o estudante universitário e o seu desconhecimento da condução da pesquisa acadêmica. (LUBISCO, 2001).

Esse cenário, de deficiência na formação de pesquisadores, evidencia a ausência de políticas públicas para o desenvolvimento da escola de ensino fundamental e médio e das bibliotecas escolares e públicas. Lubisco (2001, p.67) coloca que a escassez de bibliotecas públicas e escolares não só sobrecarrega as bibliotecas universitárias, como principalmente evidencia a falta de políticas públicas para o setor, o pouco número de bibliotecários, o seu despreparo e o dos estudantes no uso dos recursos informacionais, problema presente no país até os dias atuais.

Embora as bibliotecas universitárias tenham se beneficiado com a Reforma Universitária de 1968, a Lei 5.540, de 28 de novembro de 1968, não faz referência ao tema biblioteca. A referida Lei fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior, e a biblioteca universitária, sendo um dos órgãos necessários ao funcionamento do ensino superior, não foi considerada. Vemos o resultado do cenário vivido pelas instituições de ensino superior na época da elaboração e aprovação da Lei. Lubisco (2001) embasou-se na descrição que Etelvina Lima fez deste cenário na época, ao afirmar que, a universidade era conservadora no modo como construía o conhecimento e fragmentada devido, principalmente, a forma como se originou. Além disso, a universidade estava distante das mudanças que ocorriam fora do ambiente acadêmico, principalmente a partir da segunda metade do século XX. Como resultado, as bibliotecas também atuavam de maneira fragmentada, afastadas dos objetivos das universidades e cresciam desordenadamente, não refletindo seu acervo as necessidades da comunidade acadêmica.

---

importância para a política de CT&I. (Centro de Gestão e Estudos Estratégicos Ciência, Tecnologia e Inovação). Disponível em: <[www.cgee.org.br/atividades/redirect.php?idProduto=5070](http://www.cgee.org.br/atividades/redirect.php?idProduto=5070)>



Dessa forma, as bibliotecas universitárias, mesmo com os investimentos em infraestrutura por parte do governo federal, continuavam sendo setores frágeis na estrutura da universidade. De acordo com Lubisco (2001) duas causas principais se apresentam para tal fragilidade: 1) o distanciamento da biblioteca do planejamento institucional; e 2) o reduzido número de profissionais e sua falta de capacitação para promover o uso dinâmico dos recursos bibliográficos. A autora citada descreve da seguinte maneira o resultado dessa fragilidade.

Se aquela época o planejamento da universidade brasileira estava desvinculado do contexto e o ensino universitário caracterizava-se pela pobreza de metodologias, isto provocou [...] idêntica indefinição dos objetivos de suas bibliotecas [...] Por isso mesmo, se o planejamento global da universidade for reduzido apenas a ótica do ensino, será fácil depreender também sua desatualização em relação as demandas. Diante disso, pode-se chegar a [...] conclusão lógica: a biblioteca era inútil. Assim, sob esse ponto de vista, não chega a causar surpresa a omissão do tema biblioteca no texto da Lei da Reforma. (LUBISCO, 2001, p.73)

Nesse contexto, as novas atividades de ensino obrigavam o aluno a buscar pelas bibliotecas já que era atribuição do aluno a organização de seminários e de estudos em grupo. Uma participação ativa da biblioteca universitária nas atividades de ensino/aprendizagem envolve um estreitamento maior entre os bibliotecários, os alunos e os docentes envolvidos no processo. A avaliação para medir a efetivação desse estreitamento, assim como, a qualidade dos produtos e serviços existentes na biblioteca universitária deve funcionar como um controle de qualidade permanente.

### **3 AVALIAÇÃO DA BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA BRASILEIRA NA PERSPECTIVA DO SINAES**

A avaliação do Sinaes é realizada na instituição de educação superior para atender aos seguintes propósitos: para avaliar a instituição como um todo visando a averiguar se a instituição oferece condições de funcionamento para os cursos de graduação que pretende ministrar; para autorizar o funcionamento de cursos de



graduação nas instituições e neste momento são avaliadas as três dimensões do curso quanto a adequação ao projeto proposto: a organização didático-pedagógica; o corpo docente e técnico-administrativo e as instalações físicas para reconhecimento do curso, a finalidade desta avaliação é verificar o cumprimento do proposto no projeto político pedagógico; e para renovação de reconhecimento a cada três anos, de acordo com o ciclo de avaliações do SINAES. Nesta avaliação é calculado o Conceito Preliminar do Curso, e os que obtiverem os conceitos preliminares 1 ou 2 receberão dois avaliadores do MEC por dois dias. Os demais que estiverem acima da média 3 serão avaliados *in loco* somente se solicitarem. (BRASIL, 2005)

O INEP formalizou dois documentos contendo as diretrizes para avaliação das instituições de educação superior e dos cursos de graduação. Nestes documentos são encontrados os itens que serão avaliados assim como a forma de avaliação. E estes itens são divididos em: dimensões, grupos de indicadores, indicadores, indicadores imprescindíveis, indicadores aos quais são atribuídos a condição de não se aplica e critérios. São caracterizados da seguinte forma:

- Dimensões: correspondem as dez dimensões do SINAES e caracterizam os aspectos institucionais sobre os quais se emite juízo de valor e que refletem a instituição como um todo.
- Grupo de indicadores: não é objeto de pontuação, serve para agrupar com coerência lógica os indicadores de avaliação.
- Indicadores: representam os itens que se pretende avaliar, medir, qualificar, analisar.
- Indicadores imprescindíveis: indicam as condições obrigatórias para o acesso e a permanência no sistema de educação superior. Exigem o conceito mínimo três para aprovação, caso contrário a instituição devesse cumprir a diligência estabelecida pela comissão de avaliadores externos no prazo máximo de cento e oitenta dias.
- Indicadores com a condição NSA (não se aplica): são aqueles cujo atendimento é opcional ao centro universitário e a faculdade, e asseguram a estas instituições o



respeito as suas identidades e diversidades. Escolhido este indicador, a comissão de avaliadores externos deverá formular justificativa, em espaço próprio do formulário de avaliação, baseada nos documentos oficiais das instituições que são: Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) Projeto Político Institucional (PPI) e Projeto Pedagógico de Curso (PPC)

- Critérios: são os padrões que servem de base para comparação, julgamento ou apreciação de um indicador.

Os avaliadores externos ficam atentos a totalidade do que a instituição lhe apresenta sem perder de vista as partes que compõem ao todo. Verificam a relação das partes com o global e precisam manter-se atentos aos critérios de participação, integração e articulação das relações pedagógicas e de relevância social, sem perder de vista também o que a instituição propõe no seu PPI.

#### 4 CONCLUSÃO

Observou-se o cenário de ensino superior brasileiro, que registrou grande aumento do número de instituições de ensino superior privadas e, conseqüentemente, de oferta de vagas no referido nível. Esses fatores estimularam a concorrência entre instituições, fazendo-as inovar em técnicas de ofertas de novos cursos, produtos e serviços para evitar a ociosidade de vagas ofertadas em seus processos seletivos, bem como para manter o aluno em suas instituições até a conclusão do curso.

Isso fez da biblioteca universitária mais um espaço de marketing e de sustentação da confiabilidade da instituição, o que também demanda inovações por parte dos bibliotecários nas funções técnico-administrativas, principalmente nas atividades ligadas a divulgação da informação.

#### REFERÊNCIAS

ARAUJO, E. A.; OLIVEIRA, M. de. A produção do conhecimento e a origem das bibliotecas. In: OLIVEIRA, M. de (Coord.). **Ciência da informação e biblioteconomia: novos conteúdos e espaços de atuação**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005. p. 29 a 43.





BRASIL. Ministério da Educação. Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Avaliação externa de instituições de educação superior**: diretrizes e instrumentos. Brasília: INEP, 2005. Disponível em: <[http://www.inep.gov.br/download/superior/2005/avaliacao\\_institucional/Avaliacao\\_Institucional\\_Externa.pdf](http://www.inep.gov.br/download/superior/2005/avaliacao_institucional/Avaliacao_Institucional_Externa.pdf)>. Acesso em: 05 mar. 2012.

CARVALHO, Maria Carmem Romcy. de. **Estabelecimento de padrões para bibliotecas universitárias**. Fortaleza: Edições UFC; Brasília: ABDF, 1981.

DIAS SOBRINHO, J. **Avaliação da educação superior**. Petrópolis: Vozes, 2000.

KURAMOTO, H. Biblioteca digital brasileira: integrando a ICT brasileira. In: MARCONDES, C. H. *et al.* **Bibliotecas digitais**: saberes e práticas. 2. ed. Brasília: Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, 2006. p. 287-301.

LUBISCO, N. M. L. **A biblioteca universitária no processo de “avaliação das condições de oferta” dos cursos de graduação pelo MEC**: o caso da UFBA. 2001. 300 p. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) — Instituto de Ciência da Informação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2001.

LUBISCO, N. M. L.; VIEIRA, Sônia Chagas (Org.). Biblioteca universitária brasileira: instrumento para seu planejamento e gestão, visando a avaliação do seu desempenho — documento base. In: SEMINARIO: AVALIACAO DA BIBLIOTECA UNIVERSITARIA BRASILEIRA. Salvador, 2008. **Anais...** Salvador: UFBA, 2001.